

Crise, auto-engano e 2010

Rogério L. Furquim Werneck*

É natural que, no combate à crise econômica, o governo não tire os olhos da eleição presidencial de 2010. Não poderia ser diferente. Mas ainda é difícil vislumbrar com nitidez como, exatamente, a crescente preocupação do governo com a eleição vai moldar o enfrentamento da crise.

Para o País, o pior cenário seria o governo atravessar boa parte de 2009 ainda entregue ao auto-engano e a devaneios voluntaristas, apostando que a crise mundial será menos profunda e mais curta do que promete ser. E, depois, em 2010, quando afinal constatar que as apostas eram equivocadas, partir para o vale-tudo na condução da política econômica, alarmado com a evolução do quadro eleitoral. Não falta margem de manobra para que o governo faça esse jogo em 2009. As condições relativamente favoráveis que hoje exhibe a economia brasileira propiciam muita gordura para ser queimada. Há amplo espaço para improvisação e voluntarismo, até que, afinal, chegue a conta.

É bem verdade que o governo não está sozinho na propensão ao auto-engano. Resultados de pesquisa de opinião divulgados na semana passada dão conta de que 78% dos entrevistados estão convencidos de que vão melhorar de vida em 2009. Não vão. O governo sabe disso, mas não quer quebrar o encanto. Muito pelo contrário. Parece empenhado em prolongá-lo a qualquer custo. O problema é que, na esteira de inexoráveis más notícias com que o País terá de lidar nos próximos meses, esse otimismo vai ficar insustentável. Está fadado a desabar em queda livre em algum ponto de 2009.

Tendo isso em conta, o governo poderia não ser tão imediatista e tentar tornar menos brusca a inevitável mudança de humor da opinião pública. Para evitar que o otimismo despenque de forma súbita mais à frente, teria de criar condições adequadas para um pouso suave das expectativas. Mas isso exigiria disposição para conduzir a sociedade no processo de reversão de expectativas e incorrer no custo de deixar claro, com a franqueza que se faz necessária, que uma desaceleração substancial do crescimento econômico será inevitável.

Por altos que possam parecer ao governo, os custos políticos dessa advertência serão certamente bem mais baixos do que os de vender ilusões até o último momento, na tentativa de prolongar ao máximo o otimismo, e arcar com o descrédito, quando as esperanças afinal desabarem em queda livre e a sociedade se sentir ludibriada. O

governo perderá menos apoio se tiver coragem de explicitar as dificuldades que de fato terão de ser enfrentadas do que se acabar passando por incompetente e manipulador quando, afinal, elas se tornarem inegáveis.

O problema é que, para saber conduzir a sociedade nesse penoso processo de reversão de expectativas, o governo, antes de mais nada, tem de estar apto a rever suas próprias expectativas à luz da crise, superando as dificuldades que ainda enfrenta para conseguir ver as coisas como elas passaram a ser. A real extensão dessas dificuldades só pode ser devidamente percebida quando se tem em mente quão dramática é a reavaliação de perspectivas que agora tem de ser digerida pelo Planalto. Até poucos meses atrás o governo tinha como favas contadas um final de mandato apoteótico, regado por farta expansão de gasto público, com a economia em rápido crescimento. E é com base nisso que vislumbrava a possibilidade de que a apoteose culminasse em vitória, na eleição presidencial, de uma candidata governista jamais testada nas urnas.

Vista desse ângulo, a propensão do governo ao auto-engano é até compreensível. Há muito mais em jogo do que a simples condução da política econômica. O abandono do otimismo voluntarista teria desdobramentos intrincados no seio da já complexa coalizão governista. Tornaria inevitável a reabertura, em mau momento, da questão da escolha do candidato governista. Não é imbróglio que Lula esteja disposto a administrar nessa quadra já tão difícil.

A dúvida é por quanto tempo mais o governo vai conseguir manter o auto-engano, inclusive dentro da própria base governista, onde o desatino vem ganhando força a olhos vistos. A se julgar pelo que vem sendo discutido e aprovado no Congresso, em questões envolvendo Previdência Social, gastos com funcionalismo e relações trabalhistas, a idéia parece ser já partir logo para o vale-tudo na condução da política econômica. Muito antes da eleição de 2010.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.